Rede de Controle da Gestão Pública no Estado do Amazonas

Ata da Reunião

No dia 02 de junho de 2026, reuniram-se de forma virtual os integrantes da REDE Lúcia de Fátima Ribeiro Magalhães (CGE/AM), Paulo Henrique Castro Grande de Arruda (Secex/TCU), Edinaldo Aquino de Medeiros (MP/AM), Marcella Antunes, representando o Dr. João Barroso de Souza (MPC/AM), Maria Esmeralda Rodrigues (CGU/AM), Arnaldo Flores (CGM/Manaus) e Wanda Nogueira (CGE/AM), para tratar da seguinte pauta: 1) Aprovação da Ata da Reunião de 5 de maio de 2026; 2) Acordo de Cooperação, renovação; 3) Orientações da Rede para estruturação do controle interno municipal; 4) Atuação do Conselho Estadual de Controle Interno e do Comitê Estadual de Combate à Corrupção; 5) Informações sobre a Rede Nacional de Controle Interno; 6) Outros assuntos.

A reunião teve início com a Sra. Lúcia de Fátima Ribeiro Magalhães informando que a ata da reunião realizada em 5 de maio de 2026 não pôde ser apresentada em razão de falha interna na localização do arquivo, ficando deliberado que ela será submetida, juntamente com a ata da presente sessão, à aprovação na próxima reunião, a ser realizada em 7 de julho de 2026. Prosseguindo-se para os assuntos da pauta:

1. RENOVAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO - A Sra. Lúcia de Fátima informou sobre as adesões ao novo Acordo de Cooperação, cujo prazo de renovação está previsto para agosto de 2026. Foram confirmadas as manifestações favoráveis dos seguintes órgãos: CGU, AGU, MPC/AM, MP/AM e TCE/AM. Quanto ao TCE/AM, registrou-se que o Órgão formulou consulta sobre a operacionalização do acordo, tendo a CGE/AM decidido tratar o ofício de consulta como manifestação de adesão, com resposta formal a ser encaminhada. Consignou-se que os órgãos federais, TCU, Polícia Federal e TRT, ainda não formalizaram resposta. O Sr. Paulo Arruda esclareceu que o TCU realizará acompanhamento junto a esses órgãos. Em relação à CGM/Manaus, foi informado que a CGE encaminhou o ofício no final de abril, podendo ter sido dirigido ao nome do gestor anterior. O novo Controlador-Geral, Sr. Arnaldo Flores, que participou da reunião e

confirmou o interesse da CGM/Manaus em integrar a renovação e informou que iria rastrear o ofício. Deliberou-se pela realização de um Encontro em agosto de 2026, reunindo a Rede de Controle, Conselho Estadual de Controle Interno e o Comitê Estadual de Combate à Corrupção, ocasião em que será realizada a assinatura formal do novo Acordo de Cooperação, conferindo maior visibilidade institucional ao ato.

2. ORIENTAÇÕES DA REDE PARA O CONTROLE INTERNO MUNICIPAL - A Sra. Lúcia relatou que a Orientação nº 1/2026, relativa à implantação do Sistema de Controle Interno municipal, foi publicada e encaminhada por ofício ao TCE/AM e ao MP/AM, com incorporação das sugestões apresentadas pela CGM/Manaus e pelo MPC/AM na reunião anterior. Registrou-se que a publicação no site da CGE/AM estava pendente de confirmação. Quanto à Orientação nº 2/2026, sobre transparência pública municipal, foi deliberada sua aprovação nos termos da minuta apresentada na sessão anterior, considerando que nenhuma sugestão de alteração havia sido encaminhada pelos membros dentro do prazo fixado. A publicação será providenciada pela CGE/AM. Discutiu-se a importância de articulação com a Associação dos Municípios do Amazonas para disseminação das orientações técnicas aos 62 municípios do interior. O Sr. Arnaldo Flores comprometeu-se a elaborar novo ofício circular às prefeituras, baseado no modelo anterior da CGM/Manaus, incentivando a criação e estruturação de controles internos municipais, a ser submetido à apreciação da Rede antes do Encontro de agosto. Identificaram-se municípios com estrutura mínima de controle interno já existente, como São Gabriel da Cachoeira, Manaquiri e Parintins, que poderão ser convidados a compartilhar suas experiências no Encontro de agosto. Foi deliberado que o MPC/AM verificará, junto à Dra. Evelyn, os dados atualizados sobre a situação dos controles internos municipais no Amazonas.

3. ATUAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE CONTROLE INTERNO E DO COMITÊ ESTADUAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO - A Sra. Lúcia contextualizou a estrutura e os desafios operacionais dos dois colegiados:

Conselho Estadual de Controle Interno: previsto na Lei Complementar nº 224, reúne os controladores internos de todos os Poderes do Estado (Executivo, Legislativo,

Judiciário), além da Defensoria Pública e do Ministério Público estadual. A CGE/AM exerce a presidência. O Conselho tem foco no fortalecimento das atividades de auditoria e controle interno, e não abrange os municípios em sua composição atual.

Comitê Estadual de Combate à Corrupção: instituído por lei de 2017, tem composição ampla, envolvendo OAB, diversas secretarias estaduais, TCE, entre outros. Apresenta dificuldade estrutural de operacionalização decorrente da exigência legal de que todos os representantes sejam designados por decreto do Governador, o que inviabiliza a rotatividade de membros. Na prática, participam ativamente apenas CGE/AM, SEFAZ e Secretaria de Segurança Pública, com participação eventual da Casa Civil e da SEAD. A CGE/AM vem trabalhando na alteração dessa lei, embora o contexto de ano eleitoral torne o avanço legislativo mais difícil neste momento.

Deliberou-se pela realização do Encontro Integrado em agosto de 2026, nas dependências do TCE/AM, a ser confirmado, reunindo os três colegiados (Rede, Conselho e Comitê), com os seguintes objetivos: promover intercâmbio de informações e boas práticas; conferir visibilidade às iniciativas de controle; apresentar a evolução do Programa de Integridade do Poder Executivo estadual; e realizar a renovação do Acordo de Cooperação da Rede. O formato e a programação serão definidos pela CGE/AM até o final de junho de 2026.

A Sra. Maria Esmeralda Rodrigues, da CGU/AM confirmou a disponibilidade de apresentar, no Encontro, o estágio atual do autodiagnóstico para adesão ao Programa Time Brasil, nas áreas de corregedoria, controle interno, ouvidoria, transparência, gestão, ética e integridade. A CGM/Manaus (Arnaldo Flores) também manifestou disponibilidade para participar da apresentação, compartilhando as práticas desenvolvidas no município e o estágio do processo de adesão ao Programa Time Brasil.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A REDE NACIONAL DE CONTROLE INTERNO - Informou-se que a Reunião Nacional de Controle Interno está agendada para o dia 30 de junho de 2026, em formato virtual, com apresentação das atividades da Rede de Controle no Amazonas. A CGE/AM ficará responsável pela apresentação, que incluirá: **a)** os dados atualizados sobre a situação dos controles internos municipais no Amazonas, a serem

fornecidos pelo MPC/AM; **b)** as ações de fortalecimento realizadas em 2024 e 2025 (cursos, visitas ao interior, orientações técnicas) e as iniciativas de 2026; **c)** um slide síntese das atividades realizadas pela CGU/AM no interior do Estado, no âmbito da temática de fortalecimento do controle interno, a ser encaminhado pela Maria Esmeralda Rodrigues; **d)** a perspectiva do Encontro Integrado de agosto como ação planejada da Rede.

O Dr. Edinaldo Aquino de Medeiros (MP/AM) informou que o Ministério Público Estadual foi articulado como entidade apoiadora do Programa Time Brasil, no contexto do fortalecimento dos controles internos municipais.

5. OUTROS ASSUNTOS

A Sra. Lúcia trouxe à discussão o tema da operacionalização das cotas para mulheres vítimas de violência doméstica em contratos de terceirização, com base em Acórdão do TCU que realizou auditoria no Ministério da Gestão e Inovação e na Secretaria das Mulheres do Governo Federal. O Amazonas é signatário do acordo de cooperação que fundamenta a política, mas não respondeu aos questionários encaminhados pelo TCU, em razão de desatualização dos contatos institucionais. Relatou-se que a CGE/AM vem trabalhando com o CSC para operacionalizar o Decreto Estadual nº 47.133/2023, que prevê a reserva de vagas, e que o TCU identificou diversas lacunas no desenho da política federal, incluindo a necessidade de capacitação prévia das mulheres, política de creches articulada e atualização de cadastros.

A CGU/AM (Maria Esmeralda Rodrigues) informou sobre atividade de campo realizada em Barcelos, com interesse manifesto do município de São Gabriel da Cachoeira em estruturar controle interno.

Paulo Henrique Castro Grande de Arruda (Secex/TCU) esclareceu que o Amazonas não respondeu aos questionários da auditoria em razão de desatualização dos contatos fornecidos quando da assinatura do acordo, e não por falta de interesse. Relatou ainda que apresentou o acórdão ao MP/AM e à Defensoria Pública, com vistas à articulação em rede para operacionalização da política.

Deliberou-se que a CGE/AM ampliará sua atuação junto à SEJUSC/AM e à SSP/AM para verificar a situação do cadastro de mulheres vítimas de violência doméstica e a viabilidade de operacionalização das cotas, com base nas informações do Acórdão do TCU. A CGU/AM disponibilizará ao grupo informações sobre o recurso federal destinado à Casa da Mulher Brasileira no Amazonas.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião, cuja próxima sessão ordinária ficou agendada para o dia 7 de julho de 2026, em formato a ser definido. A presente ata, juntamente com a ata da reunião de 5 de maio de 2026, será submetida à aprovação na próxima sessão.

Manaus, 02 de junho de 2026.